



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura do Município de Mauá da Serra

De Acordo com a Lei 258 de 19 de Março de 2012

Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - CNPJ: 95.548.400/0001-42 - Mauá da Serra - Paraná

Página: 1

Sexta-feira

11 de Dezembro de 2015

Ano IV

Edição N° 670

DECRETO N° 150/2015

legais:

O Prefeito Municipal de Mauá da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

DECRETA

Art 1º - Fica declarado a vacância do cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, ocupado pelo servidor **ALIF KAIQUI GONÇALVES**, portador do RG: 10.650.889-5 e do CPF: 072.634.139-81, em razão do falecimento do mesmo, ocorrido em 29 de Novembro de 2015, nomeado pela Portaria 038/2015 de 11/02/2015.

Art 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mauá da Serra, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e quinze.

NICOLAU MUNIZ JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 329/2015

O Prefeito Municipal de Mauá da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE

CONCEDER férias de 30 dias aos servidores abaixo relacionados:

Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo de férias
<i>Secretária de Segurança - Comissão</i>		
Aristides Rodrigues	02/01/2015 a 02/01/2016	08/12/2015 à 06/01/2016
Sementinhas de Vida 40 %		
João Francisco Santana	28/06/2014 a 28/06/2015	08/12/2015 à 06/01/2016

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mauá da Serra, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de dezembro de 2015.

NICOLAU MUNIZ JÚNIOR
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura do Município de Mauá da Serra

De Acordo com a Lei 258 de 19 de Março de 2012

Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - CNPJ: 95.548.400/0001-42 - Mauá da Serra - Paraná

Página: 2

Sexta-feira

11 de Dezembro de 2015

Ano IV

Edição Nº 670

LEI Nº 525/2015

SÚMULA:- DAR DENOMINAÇÃO A PRÓPIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ACÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o executivo municipal do Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná, autorizado a denominar a rua existente neste município, conforme a seguir:-

Rua Curitiba—Denominar como **Rua Atagildo Costa**.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor nesta data.

Prefeitura Municipal de Mauá da Serra - Pr, em 09 de dezembro de 2.015.

NICOLAU MUNIZ JUNIOR

Prefeito Municipal de Mauá da Serra

LEI Nº 526/2015

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, ANTIECONÔMICOS OU OCIOSOS, E SOBRE A ALIENAÇÃO E INUTILIZAÇÃO DE BENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA, Estado do Paraná, Senhor **NICOLAU MUNIZ JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprova a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar a outros entes públicos, inclusive Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, bem como a entidades de interesse social, filantrópicas e sem fins lucrativos, os bens móveis, inclusive equipamentos de informática e eletroeletrônicos, que, comprovadamente, forem considerados inservíveis, antieconômicos ou ociosos.

Parágrafo único. Para os fins preconizados pelo *caput*, os bens inservíveis, antieconômicos ou ociosos, ficam desafetados de sua natureza primitiva, passando a constituir bem público dominical.

Art. 2º - A doação dos bens inservíveis deverá ser realizada mediante Termo de Doação, a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único – A doação de que trata este artigo, deverá ser feita preferencialmente a entidades ou associações ou cooperativas deste Município.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei mediante Decreto, caso necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mauá da Serra, em 09 de dezembro de 2.015.

NICOLAU MUNIZ JUNIOR

Prefeito Municipal de Mauá da Serra



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura do Município de Mauá da Serra

De Acordo com a Lei 258 de 19 de Março de 2012

Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - CNPJ: 95.548.400/0001-42 - Mauá da Serra - Paraná

Página: 3

Sexta-feira

11 de Dezembro de 2015

Ano IV

Edição Nº 670



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ. 95.548.400/0001-42

Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265

E-mail: prefeitura@mauadaserra.pr.gov.br

LEI Nº 527/2015

INSTITUI O PROGRAMA DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO, COMBATE E CONTROLE DA TRANSMISSÃO DA DENGUE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAUÁ DA SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA**, Estado do Paraná, Senhor **NICOLAU MUNIZ JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprova a seguinte **LEI**:

CAPÍTULO I

Do programa e Das Definições

Art. 1º- Fica instituído, em âmbito municipal, o Programa de Vigilância, Prevenção, Combate e Controle da Transmissão da Dengue.

Parágrafo único. Para os efeitos dessa Lei, entende-se:

- I -**Infração**: desobediência às ações de combate à dengue, previstas nesta Lei;
- II -**Criadouro**: local que propicia condições de crescimento e desenvolvimento das larvas do mosquito da dengue;
- III -**Vetor**: mosquito transmissor da dengue.

CAPÍTULO II

Das Obrigações e Medidas Preventivas

Art. 2º - Ficam os proprietários e possuidores de imóveis, de qualquer natureza, gestores de prédios da administração pública, responsáveis por manterem seus estabelecimentos sem foco do mosquito transmissor da dengue.

Art. 3º - Fica proibido qualquer espécie de disposição, armazenamento, estoque ou outro depósito de pneus a céu aberto, novos ou usados, em residência, comércio, indústria ou reciclagem, sendo obrigatório, nesse caso, a instalação de cobertura fixa ou desmontável, para evitar acúmulo de água que possa tornar-se meio propício para gerar foco do mosquito transmissor da dengue.

Parágrafo único. No caso em que os pneus estiverem em via ou passeio público, em desconformidade com o que estabelece a norma, não se conseguindo identificar o autor da infração, o material deverá ser recolhido pelo serviço de coleta de lixo.

Art. 4º - Fica proibido a utilização de recipientes sob vasos de plantas, de forma que acumule água, sem nenhum tipo de prevenção eficaz, de modo que possa tornar-se meio propício para gerar foco do mosquito transmissor da dengue.

Art. 5º - Ficam obrigados os imóveis que contenham piscinas a manter tratamento adequado da água de forma a não permitir a proliferação de focos de dengue.

Art. 6º - Fica a concessionária prestadora de serviço público de saneamento básico responsável pela manutenção das galerias de águas pluviais, nos próprios municipais, para que não ocorra o acúmulo de água parada de modo que possa tornar-se meio propício para gerar foco do mosquito transmissor da dengue.

Art. 7º - Deverá a Secretaria Municipal de Educação, com o apoio das Secretarias Municipais de Saúde, inserir no planejamento anual das escolas públicas, conteúdos programáticos voltados para as ações de prevenção da transmissão da dengue.

Art. 8º - Ficam os responsáveis por obras de construção civil, os proprietários, posseiros, ou responsáveis legais por terrenos em obras, obrigados a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções líquidas, providenciado o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água ou a aplicação de larvicidas que impeçam a proliferação do vetor, nesse caso, deve haver a data da última aplicação e a indicação do responsável técnico pelo serviço.

Parágrafo único. No caso de obras novas o agente fiscalizador deverá verificar se há pontos de acúmulo de água, após a verificação, não contendo irregularidades descritas nesta Lei, será emitido o habite-se, e no caso de haver alguma irregularidade, após saná-la, haverá nova vistoria para depois a emissão do habite-se.

Art. 9º - Os estabelecimentos que funcionem como ferros-velhos ou qualquer tipo de depósito, de produtos inservíveis ou sucata, ficam obrigados a realizar a instalação de cobertura fixa ou desmontável sobre objetos que possam acumular água, devendo providenciar rigorosa fiscalização em suas áreas.

Art. 10 - A limpeza de terrenos baldios será de responsabilidade do proprietário, possuidor ou responsável legal pelo imóvel.

1



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura do Município de Mauá da Serra

De Acordo com a Lei 258 de 19 de Março de 2012

Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - CNPJ: 95.548.400/0001-42 - Mauá da Serra - Paraná

Página: 4

Sexta-feira

11 de Dezembro de 2015

Ano IV

Edição Nº 670



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA ESTADO DO PARANÁ

CNPJ. 95.548.400/0001-42

Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265

E-mail: prefeitura@mauadaserra.pr.gov.br

Art. 11 - As imobiliárias que disponham de imóveis desocupados sob sua administração, ficam obrigadas a exercer rigorosa fiscalização em sua área, determinando imediata retirada de quaisquer vasos ou recipientes que contenham água em seu interior de modo que possa tornar-se meio propício para gerar foco do mosquito transmissor da dengue.

Art. 12 - Fica obrigada a manutenção de caixa d'água, de propriedade pública ou privada, de modo a mantê-las permanentemente tampadas, com vedação, segura e impeditiva de proliferação de mosquitos.

Parágrafo único. Fica proibida a comercialização de caixa d'água sem tampa no Município de Mauá da Serra.

Art. 13 - Os profissionais de saúde, no exercício da profissão, devem notificar a Secretaria Municipal de Saúde, todos os casos suspeitos de Dengue atendidos nos estabelecimentos de saúde pública ou privados.

Art. 14 - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde encaminhar os pacientes para a realização de exames confirmatórios da Dengue e acompanhar os pacientes até a finalização do tratamento, conforme diretrizes estabelecidas pela Regional de Saúde.

CAPITULO III Das Medidas Fiscalizatórias

Seção I Das Ações de Vigilância em Saúde

Art. 15 - Nos casos de denúncia, com identificação de doença na localidade, focos visíveis de Dengue ou vigilância de rotina, poderá o Poder Executivo Municipal promover ações de polícia administrativa, exercida através dos Agentes de Endemias e/ou Agentes da Dengue, designados como autoridade sanitária, que poderão ingressar na habitação, terreno, edifício ou estabelecimento, quando esse se encontrar desocupado ou abandonado, respeitado o devido processo legal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde poderá constituir um número telefônico gratuito, do qual será responsável pelo recebimento das denúncias de que trata a presente Lei.

Art. 16 - Nos casos de recusa ou oposição do ingresso dos Agentes de Endemias e/ou Agentes da Dengue, no imóvel, para o exercício de vigilância em saúde, será notificado o proprietário, possuidor ou responsável legal, administrador ou seus procuradores, para que facilite o acesso ao imóvel ou propriedade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º - Persistindo a recusa ou oposição, será lavrado Auto de Infração na forma prevista no art. 19 desta Lei, com aplicação da penalidade correspondente.

§ 2º - Após a lavratura do Auto de Infração, a autoridade deverá comunicar, imediatamente, a autoridade policial competente da possível prática do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 17 - Nos casos de dificuldade à diligência, quando a habitação, terreno, edifício ou estabelecimento com possíveis focos de "Aedes aegypti" encontrar-se fechado, desocupado ou em estado de abandono, o Agente de Endemia e/ou Agente da Dengue fará três tentativas de entrada, em dias e horas diferentes, sempre deixando no imóvel notificação sobre o dia e a hora que retornará para novas vistorias.

§ 1º - Após as três tentativas de entrada, serão solicitadas informações junto à Secretaria Municipal de Finanças para verificação de outro endereço cadastrado para recebimento dos tributos, ocasião em que será expedida uma única notificação feita via correio, com Aviso de Recebimento – AR sobre o dia e a hora que retornará para novas vistorias.

§ 2º - Persistindo dificuldade à diligência a autoridade sanitária providenciará a publicação no Diário Oficial do Município da COMUNICAÇÃO DE INGRESSO COMPULSÓRIO, com a data e horário em que será realizada a medida para efetivação das providências necessárias à prevenção e controle de vetor da dengue, não poderá ser inferior à 48 h (quarenta e oito horas) da publicação.

§ 3º - O Ingresso Compulsório será efetivado nos termos do art. 23 desta lei.

Art. 18 - No exercício da ação de vigilância em saúde que trata esta Lei, as infrações serão classificadas da seguinte forma:

I – Verificação da existência de focos da dengue:

a) Leve: 01 a 02 focos no mesmo imóvel;

2



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura do Município de Mauá da Serra

De Acordo com a Lei 258 de 19 de Março de 2012

Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - CNPJ: 95.548.400/0001-42 - Mauá da Serra - Paraná

Página: 5

Sexta-feira

11 de Dezembro de 2015

Ano IV

Edição Nº 670



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA ESTADO DO PARANÁ

CNPJ. 95.548.400/0001-42

Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265

E-mail: prefeitura@mauadaserra.pr.gov.br

- b) Média: 03 a 04 focos no mesmo imóvel;
- c) Grave: 05 focos ou mais no mesmo imóvel, piscina ou caixa d'água;

§ 1º- A recusa ou oposição do exercício das ações de vigilância no imóvel ou propriedade é considerado infração de natureza grave;

§ 2º- Considera-se reincidente, o sujeito autuado como infrator no período de 12 (doze) meses.

Art.19 -Verificada a existência de focos da dengue, recusa ou oposição de exercício das ações de vigilância em saúde, será lavrado Auto de Infração pelos Agentes de endemias e/ou Agente das Dengue, designados como autoridade sanitária, em 02 (duas) vias e deverão conter:

- a) Identificação do infrator;
- b) Descrição sucinta da ocorrência e menção do dispositivo legal violado;
- c) Local, data e hora da ocorrência;
- d) Pena que o infrator está sujeito;

Art. 20 - O infrator autuado e não reincidente terá 24 h (vinte e quatro horas) para regularizar a situação, findo os quais será feito uma nova vistoria no imóvel.

Parágrafo único. Persistindo a irregularidade, será aplicada a penalidade prevista através de Auto de infração.

Art. 21 - O infrator autuado e reincidente, além da aplicação da multa, terá 24 h (vinte e quatro horas), para regularizar a situação, findo os quais será feito uma nova vistoria no imóvel.

Parágrafo único. Persistindo a irregularidade, será aplicada a multa em dobro, sem prejuízo das demais aplicadas anteriormente.

Art. 22 - Os valores das multas correspondem:

- I – Leve a 01(um) URM - Unidade de Referência do Município;
- II – Médio 02(duas) URM - Unidade de Referência do Município;
- III – Grave 03(três) URM - Unidade de Referência do Município.

§ 1º- As multas aplicadas serão recolhidas em conta específica e serão utilizadas em ação educativa da dengue, apresentadas em relatório anual de gestão ao Conselho Municipal de Saúde.

SUBSEÇÃO I Do Ingresso Compulsório

Art. 23 - Esgotadas as providências estabelecidas no art. 17 e sempre que houver necessidade de ingresso compulsório em imóveis particulares com dificuldade à diligência caracterizada para o exercício da ação de vigilância em saúde, essa será efetivada através de Comunicação de Ingresso Compulsório.

§ 1º- A Comunicação de Ingresso Compulsório será lavrado pelos Agentes de Endemias e/ou Agentes de dengue, designados como autoridades sanitárias e serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma prevista no § 2º do art. 17 desta Lei, contendo as seguintes informações:

- a) Identificação do infrator, e/ou seu domicílio;
- b) Descrição sucinta da ocorrência e menção do dispositivo legal violado;
- c) Local, data e hora da efetivação da medida;

§ 2º- No prazo de 24h (vinte e quatro horas) do recebimento da publicação da Comunicação de Ingresso Compulsório, o infrator poderá apresentar defesa, que será apreciada pela autoridade competente, responsável pelos Agentes de Endemias e/ou Agentes de dengue.

§ 3º - Feita a notificação nos termos desta Lei e não havendo qualquer providência prevista no § 2º, a medida de ingresso compulsório será efetivada, com a presença da guarda municipal.

§ 4º- Os Agentes de Endemias e/ou Agentes de dengue, designados como autoridades sanitárias, deverão antes de efetivar a medida do Ingresso Compulsório, verificar se a atuação não deixará o imóvel ou propriedade em estado de vulnerabilidade ou se por outro motivo fica impossibilitado o acesso, não devendo realizar o ingresso compulsório nesses casos, lavrando a termo a situação que deverá ser encaminhada à Autoridade Supervisora.

§ 5º -Da efetivação do Ingresso Compulsório poderá ser lavrado o Auto de Infração, quando verificado descumprimento desta Lei.

3



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura do Município de Mauá da Serra

De Acordo com a Lei 258 de 19 de Março de 2012

Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - CNPJ: 95.548.400/0001-42 - Mauá da Serra - Paraná

Página: 6

Sexta-feira

11 de Dezembro de 2015

Ano IV

Edição Nº 670



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA ESTADO DO PARANÁ

CNPJ. 95.548.400/0001-42

Avenida Ponta Grossa, 480 – Fone: (43)3464-1265

E-mail: prefeitura@mauadaserra.pr.gov.br

SUBSEÇÃO II Do Devido Processo Legal

Art. 24 - No prazo de 05 (cinco) dias do recebimento da notificação de infração, o infrator poderá apresentar defesa contra o auto de infração, que será apreciada pela autoridade competente, responsável pelos Agentes de Endemias e/ou Agentes de dengue.

§ 1º - Se indeferido o requerimento, poderá ainda ser interposto recurso ao Conselho Municipal de Saúde, em última instância administrativa, em igual prazo.

§ 2º - Julgado improcedente o pedido de defesa e de reconsideração, o interessado será notificado da decisão via correio, com aviso de recebimento – AR.

§ 3º - É vedada a inutilização do auto de infração, depois de lavrado e assinado, sob pena de aplicação das medidas administrativas, cíveis e/ou criminais cabíveis ao agente público.

§ 4º - A multa vencerá no 15º (décimo quinto) dia da emissão do auto de infração e será recolhido em guia de levantamento própria, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 5º - O Comprovante de recolhimento da multa deverá ser apresentada ao órgão expedidor, no prazo de 24 h (vinte e quatro horas) seguintes à sua quitação, ou no primeiro dia útil subsequente, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 6º - Caso haja inadimplência no pagamento das multas aplicadas, o valor será inscrito na dívida ativa.

Art. 25- As multas aplicadas serão recolhidas em conta específica e serão utilizadas em ações educativas da Dengue, apresentadas em relatórios anuais de gestão ao Conselho Municipal de Saúde.

CAPITULO IV Das Disposições Finais

Art. 26 - A Fiscalização do fiel cumprimento desta Lei, compreendendo os procedimentos administrativos, a aplicação das penalidades e demais providências que se fizerem necessárias, serão de competência da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 27- O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 28- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mauá da Serra, em 09 de dezembro de 2015.

NICOLAU MUNIZ JUNIOR
Prefeito Municipal de Mauá da Serra



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura do Município de Mauá da Serra

De Acordo com a Lei 258 de 19 de Março de 2012

Avenida Ponta Grossa, 480 - CEP: 86828-000 - CNPJ: 95.548.400/0001-42 - Mauá da Serra - Paraná

Página: 7

Sexta-feira

11 de Dezembro de 2015

Ano IV

Edição Nº 670

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAUÁ DA SERRA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ DA SERRA

CONTRATADA: WILSON C. LOPES & CIA LTDA - ME.

OBJETO: FRETAMENTO DE ÔNIBUS TIPO EXECUTIVO TURISMO COM LOTAÇÃO P/ 50 (CINQUENTA) PASSAGEIROS PARA VIAGEM TURISTICA DO GRUPO DE ADOLESCENTES DO PROGRAMA SERVIÇO DE CONVIVENCIA FORTALECIMENTO DE VINCULOS INCLUINDO ESTADIA(CAFÉ DA MANHÃ/ALMOÇO/LANCHE) COM PARTIDA E RETORNO NO DIA 15/12/2015 EM FRENTE A PRAÇA DA IGREJA CATÓLICA DO MUNICIPIO DE MAUÁ DA SERRA/PR ATÉ O PARQUE AQUÁTICO PÔR DO SOL LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS/PR.(SECRETARIA DE ASSITÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO)

VALOR: R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

DATA DE ASSINATURA: 10 DE DEZEMBRO DE 2015

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 026/2015

CONTRATO Nº: 078/2015 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 096/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 DIAS.